

## **A pequena grande indústria da seca no Nordeste brasileiro**

Maria Augusta Mundim Vargas  
Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-Árido – UFS  
Aracaju – Sergipe – Brasil  
Fax: 55 (79) 212 6783  
Correo: [nesa4@ufs.br](mailto:nesa4@ufs.br)

### **presentación oral**

Tópico: Los espacios de exclusion social y económica em America Latina

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo enfoca as visões e as versões mais recentes de desenvolvimento regional dadas pela imprensa e pelos atores sociais do Baixo São Francisco Sergipano, região programada, planejada e politicamente orientada por planos federais no período de 1964-1989.

Muito embora a estratégia de desenvolvimento dos planos nacionais executados neste período tenha enfatizado como meio para se alcançar um fim social de elevação da renda *per capita* e das condições de vida da população, as construções teóricas do planejamento e o encaminhamento estrutural dos planos foram orientados e executados para um melhor desempenho do espaço econômico.

As estratégias de transformação sócio-econômica lograram êxito na realização de mudanças, mas não implicaram na inversão da ordem social. A Região Nordeste e nela, o Baixo São Francisco Sergipano, mantiveram os padrões das regiões subdesenvolvidas. Igualmente, os sucessivos planos dos governos democráticos pós 1989, apesar de incorporarem *slogans* integradores nos temas de seus respectivos programas (Tudo pelo social, Brasil Novo, Reconstrução nacional e Brasil em Ação), abandonaram, na prática, o necessário trato diferenciado para com a realidade nacional, caracterizada pela desigualdade social e regional.

Em comum, esses planos pós 1989, apresentaram propostas setorizadas e não mais a partir da base física. A estratégia regional, base dos planos anteriores é substituída por programas de privatização das estatais, de ampliação dos setores de transportes, energia, telecomunicações, etc. As ações sociais aparecem imbutidas nos programas de reforma agrária, previdência, educação de base, dentre outros.

Dessa maneira, o período de análise do Baixo São Francisco Sergipano coincide com a ausência de um planejamento regional explícito, restando importante o direcionamento analítico sobre a atuação dos atores sociais e da imprensa qual seja, como eles reagiram às políticas que aí foram investidas com o propósito de transformara a região num pólo difusor de modernização agrícola e, como eles vem agindo diante do atual quadro de desaparecimento das políticas regionais de desenvolvimento.

Foram tomados para a análise 13 municípios do Baixo São Francisco Sergipano correspondendo a uma área de aproximadamente 500 km<sup>2</sup> e, por atores sociais, o universo heterogêneo que compõe os representantes locais das demandas sociais. A diversidade de idade, sexo, grau de instrução, representação social e interesses, bem como os níveis de representação os remetem para um universo múltiplo, porém a representação do local remete-os para o lugar, escala do cotidiano das relações de produção e reprodução do espaço. São eles, fundamentalmente, os prefeitos e os vereadores, os líderes políticos locais, os dirigentes de órgãos e instituições governamentais e civis, tais como sindicatos, escolas, unidades de saúde, dentre outros e a igreja.

A abordagem empírica decidiu pelo recorte temporal dos anos 90 e pelo estabelecimento de sua abrangência aos 13 municípios ribeirinhos ao rio São Francisco. Foram realizadas 102 entrevistas e levantadas 1200 edições do Jornal da Manhã, estas, no período de 1993-1996, quando o mesmo deixou de circular. Sua escolha todavia, se deu por se tratar de veículo de circulação restrita ao Estado de Sergipe.

O delineamento da abordagem foi portanto, definido pelo nível local, do lugar, em contraposição ao delineamento estático dos contornos dos territórios administrativos. Tomado no plano das relações sociais, o lugar conduz ao entendimento de movimento, de interação e de articulação dos grupos sociais (Ficher, 1993). A fundamentação do território político-administrativo é inegável, mas como coloca Allières (1980), os limites são *“uma constância adventícia que caracteriza um certo estado de evolução”*.

Os representantes locais das demandas sociais do Baixo São Francisco Sergipano foram contatados enquanto detentores do poder local e formadores de opinião; tomados como base da análise interpretativa da realidade, vista sob a perspectiva do desenvolvimento. Eles foram tomados como um grupo de representação do Estado, definido pela Constituição e com delineamento de atuação territorial preciso: o município. Nesse contexto e segundo Spink (1993), o Estado pode ser entendido como um *“construto social coletivo que permeia a soma maior das interações dos representantes destas*

*organizações entre si e com as pessoas que os observam, ou que interagem com eles enquanto atores em uma determinada atividade”.*

Nesse contexto, a abordagem da atuação dos representantes locais das demandas sociais posiciona-se também, como contraponto aos encaminhamentos tradicionais, realizados pelos planos e programas implementados pelos governos federais em “seus locais”.

A administração municipal enquanto escala de poder local, é representada pelas autoridades que atuam diretamente no seu espaço social e no seu território político-administrativo. Nas duas últimas décadas de vigência do governo militar (1970-80), através da Constituição de 1967, o perfil da unidade político-administrativa manteve-se inalterado porém, ocorreu um esvaziamento da representatividade do poder municipal. Os prefeitos eram nomeados nas áreas de interesse da segurança nacional e muitas restrições aconteceram no campo da autonomia financeira e política dos municípios. A sociedade sofreu um processo de despolitização através da despolitização do Estado, observando-se dentre outras, a ausência da participação da sociedade civil até mesmo nas decisões locais (Dalari, 1990).

Dessa maneira, o início da pesquisa empírica coincide com a retomada da democracia e da representatividade do poder municipal recuperados pela Constituição de 1988. A autonomia municipal foi assegurada no plano financeiro, a autonomia político-administrativa foi reafirmada e, dentre as competências do município, a elaboração de suas respectivas Cartas Constitucionais, o planejamento e o acatamento da iniciativa popular são-lhes atribuídos pela primeira vez.

Repousa aí, na força da representação local, o instrumento maior de análise e reflexão sobre as perspectivas de desenvolvimento do Baixo São Francisco Sergipano em que pese ultrapassar a indústria da seca aí instalada.

## **A VERSÃO DA IMPRENSA**

Nas 1200 edições do Jornal da manhã levantadas, 583 matérias (48,6%), fizeram alusão direta ou indiretamente ao Baixo São Francisco Sergipano, atestando a importância da região para o Estado de Sergipe e para o Nordeste.

No entanto, a análise das especificidades e a compreensão dos fatos determinantes das notícias, foram claramente visualizados a partir do confronto destes resultados gerais com a sinopse dos temas abordados nas matérias. Os problemas e as soluções mais

apontados pelos representantes locais das demandas sociais repetiram-se na temática predominante no Jornal da Manhã. A irrigação, a seca, as relações entre os prefeitos e o governador e, a agropecuária, somaram 61,5% do total das matérias veiculadas.

O universo trabalhado é traduzido, a seguir, pelo breve relato dos conteúdos dessa matérias de acordo com os blocos identificados.

## **Irrigação**

O lançamento de um projeto de irrigação pelo governo do Estado, denominado Platô de Neópolis, em 1993, justificou a grande freqüência desse tema (119 matérias). Um aspecto que chamou a atenção foi o título das matérias apresentarem claramente a irrigação como um contraponto à ocorrência da seca que, por mais uma vez, causava prejuízos e danos em toda a região. A apresentação e realce dos benefícios da irrigação, quais sejam, geração de emprego, produção e produtividade elevadas, indiretamente, forma postos como a solução mais viável para o semi-árido.

Todavia, os projetos de irrigação implantados no período de 1973-1983 pelo governo federal, através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, CODEVASF, foram mencionados em apenas 9 matérias. A realidade desses projetos igualmente, pólos difusores de tecnologia e renda, ficou assim, ocultada pelo Jornal da Manhã, pois os problemas de produção e desmantelamento das cooperativas, ocorridos a partir de 1994, não foram mencionados em nenhuma matéria.

Somente a partir de 1995, matérias alusivas a problemas enfrentados nos projetos de irrigação começaram a ser divulgadas, mas sempre entremeadas de outras tantas sobre suas potencialidades. Esse período coincidiu também com a reestruturação do projeto Platô de Neópolis que, devido a grande inadimplência dos primeiros beneficiários de lotes em 1993, sofreu nova divisão e distribuição.

Apenas uma matéria tratou de divulgar o projeto de perenização dos rios do semi-árido. Trata-se do resultado de pesquisa realizada e proposta pela CODEVASF para interligar pequenas sub-bacias de tributários do São Francisco. Essa temática é importante pois implica não apenas na perenização de rios intermitentes mas fundamentalmente, na possibilidade de ampliação da área de irrigação tão limitada aos 4 projetos existentes na região.

## **Seca**

A temática da seca apresentou uma frequência descendente no período analisado, embora tenham sido computadas 98 matérias. Com efeito, o levantamento iniciou-se no auge de uma seca (1993/94), e terminou antes daquela iniciada em meados de 1997. No auge do verão de 1996, o Jornal da Manhã editou apenas duas matérias sobre a seca atestando a brandura da estação naquele ano.

As manchetes sobre a seca coincidem com o depoimento dos representantes locais das demandas sociais. Elas iniciam apontando as áreas e municípios atingidos, expõem as perdas na produção agrícola e culminam noticiando a ação dos governos estadual e federal na distribuição de cestas de alimentos e na formação de frentes de trabalho.

É interessante, contudo, associar a temática da seca com a conjuntura política do país. A seca de 1993/94 foi branda em termos meteorológicos e temporais se comparada com aquela que ocorreu entre 1978-1984 e, portanto, não mereceu a atenção da mídia nacional. As matérias sobre fome e miséria, realidade conseqüente dos efeitos cumulativos das secas, reportaram sobretudo, ao Movimento pela Ética e Cidadania, encampado pelo governo federal em março de 1993 e totalizaram 24 matérias.

As 18 matérias editadas sobre a seca em 1995 relatam sobretudo, a situação interna do semi-árido de Sergipe, com títulos em que os constituintes da seca são insistentemente repetidos pelas palavras “castiga, sofre, atinge, dificuldade e sofrimento”.

No entanto, e extrapolando o período de análise do Jornal da Manhã, a seca que se iniciou em 1997, vem desde então, ocupando espaço de destaque na mídia nacional, associada sobretudo, ao Movimento dos Sem Terra. MST e ao processo de reforma agrária no país, no Nordeste e no Baixo São Francisco Sergipano. Os saques ocorridos na grande seca de 1978-1984 se repetiram em todo o sertão nordestino e o governo federal, rapidamente, transferiu recursos para a instalação de frentes de trabalho e distribuição de cestas de alimento. Mais uma vez, a população do restante do país chocou-se com as duras condições de sobrevivência com a seca. A diferença residiu na mobilização da população civil que pela primeira vez, contribuiu diretamente na organização das cestas de alimento.

## **Agropecuária**

Quanto a produção agrícola, o cultivo de arroz, quase todo oriundo dos projetos de irrigação do governo federal (CODEVASF), não foi objeto de matéria. A crise na produção por eles atravessada foi abordada em apenas uma matéria, de forma genérica. O número representativo de matérias sobre o setor agrícola (64), correspondeu à divulgação de programas do governo do estado anunciados sobretudo, após o período da seca, isto é, após 1994.

Nos anos de 1993-1994, as matérias sobre programas de socorro aos produtores vitimados pela seca dividiram espaço com aquelas voltadas para projetos de irrigação. Nos anos seguintes, foram mais amplamente divulgadas as ações do governo do estado na abertura de escritórios, experimentos com mudas, dentre outras. Programas federais de recuperação da produção também surgiram após os períodos de seca, com repasse de verbas coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

O que chamou a atenção foi a generalidade dos programas voltados para o semi-árido e nele, o Baixo São Francisco Sergipano, no que diz respeito ao público alvo e área de atuação. Geralmente, as matérias informam “beneficiar o semi-árido, atuar em 12 municípios, trabalhadores rurais são treinados, projeto prevê obras em dobro”, sem que o leitor pudesse se inteirar da correta abrangência dessas ações. Ao contrário, as matérias sobre os projetos de irrigação reportaram a cada um deles especificamente, informando sobre produção, perspectivas e inovações.

Nesse sentido, é importante avaliar a agropecuária do Baixo São Francisco Sergipano no contexto das políticas para o setor. O predomínio da pecuária de um lado, e os altos investimentos com a irrigação de outro, ofuscam as matérias sobre distribuição de sementes e assistência aos pequenos produtores da região. Essa realidade, no entanto, não minimiza a ausência de clareza das políticas de desenvolvimento para a agropecuária, na medida em que em nenhum momento, são reportadas ações de subsídio à produção, crédito, armazenamento que, dentre outras, incidiram no corpo de uma política de desenvolvimento para o setor.

Dessa maneira, resta aparente, a construção de obras (projetos de irrigação, casas de farinha, prédios para associações, etc) e o assistencialismo (campanhas, cestas, frentes de trabalho) que embora importante, são insuficientes para a constituição de uma política de desenvolvimento da agropecuária.

### **Relação prefeitos-governo do estado**

Foram 78 matérias veiculadas sobre encontros de prefeitos com o governador do estado. Nelas, esperava-se encontrar uma associação entre as demandas que justificavam os encontros com os problemas apontados nas entrevistas, quais sejam: irrigação, agricultura, diversificação da produção, emprego, educação pesca e indústria.

Em 1993, o governo do estado atendeu os pedidos dos prefeitos que concentram na urgência do cotidiano de seca e carência de recursos que vivenciavam. Solicitaram fundamentalmente, carro-pipa (de água), ambulâncias para locomoção de doentes, remédios, decretação de estado de calamidade pública, ampliação de verbas para frentes de trabalho e para cestas de alimento.

Após o enfrentamento desta seca com medidas paliativas e sob forte sensacionalismo sobre a fome e a miséria, os governos estadual e municipais anunciaram planos e estratégias de ação. Tais estratégias ocuparam o noticiário dos anos de 1994-1995 e trataram sobretudo, de infra-estrutura (estradas), indústria (agroindústria do Platô de Neópolis) e geração de emprego (turismo, no São Francisco).

Destacou-se mais uma vez, o projeto de irrigação Platô de Neópolis, relançado como estratégia síntese do desenvolvimento do estado de Sergipe por associar a geração de empregos com a irrigação e, a produção de alimento com a industrialização.

A partir de 1995, os prefeitos iniciaram nova fase de relacionamento com o governo do estado. Já não mais se reuniram no palácio para expor seus problemas e, sim, em encontros de grupos de prefeitos através de seminários para discussão conjunta da gestão financeira e administrativa, potencialidades econômicas etc. As matérias dão conta do início de uma regionalização, embrião de associações de prefeituras que, com efeito foram criadas logo a seguir.

A Associação dos Prefeitos do Baixo São Francisco reuniu-se por duas vezes e tratou prioritariamente de reuniões para promover o turismo na região bem como de estabelecer estratégias de enfrentamento de problemas comuns tais como as dívidas dos municípios.

O artesanato como potencial de atrativo e apoio turístico, amplamente colocado nas entrevistas, não foi reivindicado pelos prefeitos assim como não mereceu interesse do Jornal da Manhã.

A educação e a saúde igualmente colocadas com ênfase nas entrevistas sequer mereceram abordagem nos encontros e reuniões deixando transparecer a discrepância entre a relevância do problema nas entrevistas (insuficiência de salas de aula, salários, precário atendimento nos postos de saúde) e o descaso no encaminhamento das demandas.

No entanto, a fome e a miséria foram largamente tratadas e, quase sempre, impulsionadoras dos encontros com o governador, posto que associados à seca . A temática permanece nos anos seguintes porém sem a ocorrência de seca pronunciada, é tratada no bojo dos problemas municipais, ou anunciadas como ações dos governos estadual e federal para os municípios tais como “famílias carentes começam a receber cestas de alimentos”.

## **A VERSÃO DOS ATORES SOCIAIS**

A imagem do Baixo São Francisco Sergipano na imprensa reproduziu as soluções e as expectativas apresentadas pelos representantes locais das demandas sociais com relação aos problemas e a superação dos mesmos, e vice-versa. O quadro que se afigurou remete à imagem de um círculo vicioso que se fecha entre carências-expectativas-demandas-carências....

A carência de indústrias (leia-se também a ausência de empregos) é a única coincidência entre problemas e soluções apontados nas entrevistas. Seu dado complementar, isto é, se não há empregos, não há circulação de dinheiro, foi constatado na colocação de falta de comércio como um problema. Vale ressaltar que em ambas abordagens, da imprensa e dos entrevistados, prevalece a generalidade na colocação do tema, pois predominam frases soltas tais como “precisa de indústria; é importante incentivar a indústria”.

Já a educação é unanimidade enquanto problema mas em apenas 4 municípios foi citada como fundamental para a alavancagem do desenvolvimento, mas sem contudo, vislumbrarem a formação de mão de obra qualificada.

Somente em 1998 o governo do estado iniciou a retomada das escolas estaduais com a oferta do primeiro grau completo (oito anos de escolaridade) em todos os municípios do estado de Sergipe. Paralelamente, através de convênio com a Universidade Federal, implantou cursos de grau superior para a formação de professores de suas escolas. A avaliação dos resultados estão todavia, a depender da continuidade desse convênio.

A saúde e as questões relacionadas ao saneamento não deixaram de ser abordadas. O cólera atingiu todo o Baixo São Francisco Sergipano em 1993 e, quanto a diarreia infantil, esta foi responsável pelo maior número de atendimentos nos postos de saúde. O abastecimento de água foi efetivado para todas as sedes municipais nesta mesma época porém, o tratamento adequado foi solucionado anos após.



Nenhum município tem rede de esgotos bem como sistema de coleta e disposição final do lixo adequado. As lixeiras encontram-se, na sua maioria, às margens das estradas de acesso e em terrenos baldios dos sítios urbanos. O lixo sequer foi abordado como problema e os esgotos apenas em 3 municípios.

A irrigação foi apontada como problema no que diz respeito a condução dos órgãos estatais gestores dos projetos de irrigação. Falhas no sistema de drenagem, condução do processo de desapropriação, alta rotatividade dos colonos, produção, produtividade e rentabilidade, dentre outros, foram postos em questão em todos os municípios que receberam projetos de irrigação.

A despeito de todas essas críticas, a irrigação aparece em segundo lugar no quadro das soluções e em primeiro nas matérias do Jornal da Manhã. Para os entrevistados, a irrigação deveria ser generalizada para toda a área de seus respectivos municípios. A persistência desses encaminhamentos exaltivos obscurecem, efetivamente, as críticas aos altos custos sócio-ambientais de suas implantações, aos problemas do modelo de cooperativa de colonos, dentre outros, prejudicando, dessa maneira, a condução de alternativas mais viáveis.

A quebra de produção agrícola e a perda do plantel bovino não foram diretamente apontados como problema, podendo identifica-los nos relatos e nas matérias sobre a seca. No entanto, a agricultura aparece fortemente como solução e, em alguns casos, reforçando a ampliação da área irrigada. É evidente que o desenvolvimento do Baixo São Francisco Sergipano passa pela diversificação agrícola mas também, pela estrutura da posse da terra, apontada apenas nos 3 municípios mais afetados pelos conflitos de terra comandados pelo Movimento dos Sem Terra, MST.

O desenvolvimento é centrado basicamente, na alternativa da irrigação como ação de longo prazo. Contudo, decorridas duas décadas após a implantação do primeiro pólo de irrigação, difusor do desenvolvimento agrícola, os resultados tem demonstrado que a geração de empregos se dá durante a fase de construção e que, restritos em área e em número de beneficiados, excluem a maioria da população.

O confronto entre os problemas e as soluções apontados nos depoimentos e na imprensa, demonstrou que os grandes problemas nem sempre são encontrados na lista de prioridades. A política, traduzida pelos favores e benefícios alcançados pelos partidários da situação, expressa as fortes relações de vizinhança existentes no nível local.

Mesmo considerando as restrições administrativas das prefeituras, no que diz respeito a disponibilidade de recursos e as obrigações impostas legalmente pelas políticas sociais (por exemplo, ensino fundamental (4anos) obrigatório e municipalização do setor de saúde), esperava-se reivindicações mais positivas, no sentido de reverter a situação de crise gerada pela seca que vivenciaram entre 1993-1996 e pela situação financeira precária anunciada no início da gestão de de 1996-1999.

O problema relacionado a situação financeira dos municípios não é exclusividade do Baixo São Francisco Sergipano, presente na grande maioria dos municípios brasileiros. Sem reformas estruturais na legislação tributária, os municípios viram-se, a partir da constituição de 1988, obrigados a arcar com custos dos setores de educação e saúde, até então possíveis apenas para as grandes cidades. O processo de municipalização da educação e da saúde no Baixo São Francisco Sergipano é linear. As discrepâncias temporais e de qualidade dos serviços são visíveis mesmo após o anúncio de sua total implantação em 1997. A saúde aparece como problema em 7 municípios e, como solução, em apenas um.

### **O CÍRCULO VICIOSO DO DESENVOLVIMENTO: A INDÚSTRIA DA SECA**

Os resultados de pesquisa recente realizada nos 25 municípios da bacia do São Francisco em Sergipe (Almeida, Vargas, 1997; 1999) expressam a carência de infraestrutura e equipamentos básicos, de saúde, de educação e alimentação, como a maior prioridade apontada nos povoados e zona rural. Ora, a demanda urgente de geração de emprego e indústrias apresentada pelos representantes locais das demandas sociais dificilmente se viabilizará num universo com tais condições de infraestrutura, de analfabetos e pouco instruídos.

No cerne desta contradição encontra-se a incapacidade dos representantes locais das demandas sociais de fazerem emergir ações voltadas para a superação de seus problemas, até o presente, determinados pela histórica gestão externa de seus territórios e pela manutenção da forte dependência com os governos estaduais.

Em todos os municípios, mas não a totalidade dos entrevistados, tanto os representantes partidários da situação como da oposição, apontaram que o desenvolvimento dos municípios passa primordialmente pela atuação do governo do estado e, dessa maneira, aguardam e/ou depositam suas expectativas em novas ações, em novos programas e projetos. Com efeito, o governo do estado vem investindo no Baixo São Francisco

Sergipano, diretamente ou por intermédio de programas federais, desde a década de 1970, mantendo as mesmas políticas de modernização do campo e de geração de emprego, enfim, comandando a gestão desse território.

No universo dos 13 municípios aqui pesquisados, apenas 3 não possuem escritório de algum órgão estadual ou federal ligado ao desenvolvimento agrícola. No entanto, os problemas emergenciais causados pela seca monopolizaram as demandas durante todo o período de análise, fazendo repetir o mesmo encaminhamento dos períodos de secas. Os prefeitos solicitaram ajuda ao governador que, por sua vez, enviou seus apelos ao governo federal, repetindo o argumento histórico de que a seca do Nordeste é um problema nacional. O círculo de demandas se fecha no caráter emergencial, cíclico de cada seca.

Esse jogo de transferência traduz igualmente, a própria reprodução das lideranças locais. Nesse sentido, verifica-se a reprodução no local da tese defendida por Castro (1991), de que a região construída pela elite nordestina forja um conflito, que é a seca, a pobreza e a dependência, que faz reiterar sua posição de liderança e, ao mesmo tempo, traz a permanência de controle sobre seu espaço.

Assim, a cada governo e a cada seca as ações paliativas são justificadas, cristalizando-se a dependência, a gestão externa do território e a indústria da seca. A pequena grande indústria da seca inicia-se nas ações locais de distribuição de cestas de alimento, no beneficiamento nas frentes de trabalho, e na definição da distribuição da água e, amplia-se nas ações do governo do estado ao decretar estado de calamidade pública de um maior número de municípios para fazer frente aos recursos solicitados ao governo federal. As estratégias e os encaminhamentos se alteram sem mudar a essência da dependência. Da mesma forma que no local, nos municípios, os frentistas são selecionados de acordo com o voto, o município é mais ou menos beneficiado com verbas repassadas pelo governo estadual, de acordo com o apoio do prefeito ao governador. Essa realidade não é exclusiva do Baixo São Francisco Sergipano mas é mais flagrante no trato dos programas emergenciais da seca.

O fato é que, a despeito do conhecimento de seus problemas, os representantes locais das demandas sociais estão inseridos no jogo de transferência de responsabilidades para o encaminhamento das soluções. Os problemas de educação, saúde, distribuição de terras, saneamento, desemprego, dentre outros, foram relegados a um segundo plano. O imediatismo das urgências cotidianas determinam as ações, conduzem as demandas,

justificam a permanente carência e recrudescem os elementos determinantes da região: seca, emergência, seca, emergência...

## REFERÊNCIAS

**Publicación no periódica:** ALLIÈS, Paul. (1980) L'invention du territoire. Grenoble:Presses Universitaires.

**Publicación no periódica:** ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS, Maria Augusta Mundim.(1997) Dimensão cultural:região do sertão do baixo São Francisco. Aracaju:UFS/CODEVASF/SEPLANTEC/CNPq,

**Publicación no periódica:** ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS, Maria Augusta Mundim.(1999) Aspectos culturais – projeto de estudo do vale do São Francisco. Aracaju: UFS/CODEVASF/SEPLANTEC.

**Publicación periódica:** CASTRO, Iná Elias de.(1991) Imaginário político e realidade econômica, o marketing da seca nordestina. Belo Horizonte:Nova Econômica, v.2, n.21, p.53-75.

**Publicación periódica:** DALARI, Adilson Abreu.(1990) Direito público. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 95.

**Publicación no periódica:** FICHER, Tânia. Poder local: um tema em análise (1993) IN: FICHER, Tânia (coord.) Poder local: governo e cidadania. Rio de janeiro:FGV, p.10-20.

**Publicación no periódica:** SPINK, Peter. Descentralização: luto ou luta(1993) IN: FICHER, Tânia (coord.) Poder local: governo e cidadania. Rio de janeiro:FGV, p.64-88.